

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

Julgue os seguintes itens, acerca da evolução da administração pública, do empreendedorismo governamental e da excelência nos serviços públicos.

- 51** Os modelos de gestão compartilhada, descentralizada e aberta à participação do cidadão, pertinentes a determinados segmentos da gestão pública, favorecem a motivação dos servidores e o empreendedorismo governamental.
- 52** O papel das lideranças no setor público é inerente à gestão das atividades dos servidores públicos, eximindo-as dos aspectos de qualidade da governança em relação aos objetivos organizacionais.
- 53** A visão administrativa contingencial está voltada, essencialmente, para desenhos organizacionais e sistemas gerenciais adequados às situações genéricas, centrando-se no ambiente externo às organizações.

No que se refere à gestão de desempenho e à gestão por competências, julgue os itens seguintes.

- 54** O nível de qualificação e capacitação profissional está entre os fatores que sustentam a qualidade do desempenho apresentado pelo profissional de uma organização.
- 55** Os processos de avaliação de competências bem como os processos de gestão de desempenho têm finalidades similares visto que ambos realizam a mensuração de resultados estratégicos concretos.
- 56** Em um processo de gestão de desempenho, os conhecimentos e as habilidades técnico-operacionais não são suficientes para o alcance dos resultados esperados.

Julgue os próximos itens, que versam sobre comunicação, clima organizacional e gestão de conflitos.

- 57** O emprego do estilo de evitação é adequado para a gestão de um conflito em que os objetivos das partes nele envolvidas sejam igualmente importantes e elas devam chegar a uma solução temporária, sem pressão de tempo.
- 58** No contexto corporativo, a subjetividade nas percepções do clima organizacional pode gerar análises contraditórias de um mesmo fato, que pode ser avaliado de forma negativa ou positiva, e acarretar expectativas que podem frustrar ou motivar os colaboradores.
- 59** Segundo a teoria das relações humanas, a comunicação é um dos processos essenciais da experiência humana, por isso, deve-se enfatizar o comportamento individual.

A respeito dos processos de gestão do conhecimento, do exercício da liderança e da educação corporativa, julgue os itens subsequentes.

- 60** O processo de educação corporativa não se limita à capacitação e desenvolvimento dos empregados da organização, devendo abranger toda a cadeia de valor, com oportunidades de aprendizagem que deem sustentação aos assuntos organizacionais mais relevantes.
- 61** Características como autocontrole e disponibilidade de interação social são elementos suficientes para caracterizar a inteligência emocional de um indivíduo no exercício da liderança eficiente.
- 62** Em processos de gestão do conhecimento, valorizam-se os conhecimentos que são importantes para a geração de conhecimento crítico que possa ser aplicado e rentabilizado em prol da melhoria do desempenho organizacional.

Julgue os próximos itens, acerca da abordagem por processos, das técnicas de análise e dos indicadores de processos.

- 63** Os indicadores de desempenho de processos devem ser preestabelecidos de forma a fornecer uma estrutura que permita a identificação da situação em que se encontra o fluxo de processo ou de trabalho.
- 64** Como os processos de gestão não atribuem valor diretamente aos clientes, eles não são fundamentais para a garantia da eficiência e eficácia das operações organizacionais.
- 65** As informações sobre a análise de processos devem representar o que se imagina do processo, contendo a visão crítica do analista em relação às ineficiências existentes.
- 66** Na construção de indicadores de processos, é adequado o estabelecimento de indicadores direcionadores, os quais monitoram as causas após o efeito e não permitem que se altere o resultado.
- 67** A definição de padrões de coleta de informação para a análise de processo é determinante para se evitar o surgimento de informações distintas e variações de modelos com convenções diferenciadas.

Acerca de gestão de riscos, processo de gestão de riscos e instâncias e responsabilidades, julgue os itens subsequentes.

- 68** Nos processos de gerenciamento de riscos, os comitês de auditoria atuam assessorados pelos conselhos de administração na supervisão das políticas e do cumprimento das normas de gestão de riscos.
- 69** A matriz de riscos é uma das ferramentas utilizadas para a identificação dos riscos internos e externos à organização.
- 70** A responsabilidade pelo gerenciamento de riscos corporativos e por atividades de controle está entre as atribuições da diretoria da organização.
- 71** No modelo das três linhas de defesa na gestão de riscos, as avaliações independentes realizadas pelas auditorias internas integram a terceira linha de defesa.
- 72** A avaliação do estágio de maturidade do gerenciamento de risco corporativo tem como objetivo primordial estabelecer o posicionamento da organização em relação às demais empresas líderes do segmento.

Julgue os itens seguintes, referentes a aspectos de mudança organizacional e aos tipos de estrutura organizacional.

- 73** A instituição de estruturas organizacionais formais, rígidas, com esquemas lógicos e preestabelecidos, sem a consideração de conteúdos psicológicos e sociais, está em conformidade com a teoria clássica da administração.
- 74** As mudanças que introduzem expectativas novas na organização, independentemente de serem lentas ou rápidas, suaves ou intensas, transgressoras ou não, são consideradas evolucionárias.

Acerca do papel do Estado na economia e das funções do orçamento público, julgue os itens seguintes.

- 75** No modelo federativo brasileiro, apenas a União exerce plenamente a função distributiva do orçamento, uma vez que os estados e municípios não possuem competência para implementar políticas fiscais com impacto redistributivo.
- 76** A função estabilizadora do orçamento público está associada ao papel do Estado de utilizar a política fiscal para suavizar os ciclos econômicos e promover estabilidade macroeconômica.
- 77** A função alocativa do orçamento público está relacionada à atuação do Estado na provisão de bens e serviços públicos que não são oferecidos de maneira eficiente pelo setor privado.

A respeito do ciclo orçamentário e do processo orçamentário no setor público, julgue os itens a seguir.

- 78** As metas físicas e financeiras dos programas finalísticos do plano plurianual são atualizadas anualmente pela lei de diretrizes orçamentárias, que também pode extinguir programas e eixos estruturantes sem necessidade de revisão do plano plurianual.
- 79** O ciclo orçamentário é composto pelas fases de elaboração, aprovação, execução e controle, devendo ocorrer de forma contínua e articulada entre os Poderes.
- 80** Durante a execução orçamentária, é vedado o remanejamento de recursos entre categorias de programação, salvo por meio de créditos adicionais autorizados em lei.
- 81** A fase de execução orçamentária tem por finalidade a realização das receitas previstas, sendo a execução da despesa tratada como uma etapa autônoma vinculada ao encerramento do exercício fiscal, não integrando, portanto, o mesmo processo orçamentário.
- 82** Por tratar de planejamento estratégico de médio prazo, o plano plurianual não integra o ciclo orçamentário, sendo ele aplicado apenas na formulação de políticas públicas estruturantes.
- 83** A fase de controle orçamentário ocorre após a liquidação da despesa e corresponde a uma atividade desempenhada pelos órgãos encarregados da fiscalização externa, com base em critérios de legalidade e conformidade formal.
- 84** Além de prever metas bianuais de resultado primário, a lei de diretrizes orçamentárias prevê as estimativas de renúncia de receita não apenas para o exercício a que se refere a lei orçamentária, mas também para os dois exercícios seguintes.

Julgue os seguintes itens, relativos a princípios orçamentários e técnicas orçamentárias.

- 85** Segundo o princípio do orçamento bruto, todas as receitas e despesas devem ser registradas pelos seus valores integrais, sem deduções, garantindo-se maior transparência ao processo orçamentário.
- 86** A vinculação de recursos a programas finalísticos do Poder Judiciário no Plano Plurianual 2024-2027, como os de justiça, cidadania e sustentabilidade, representa exceção legítima ao princípio da não afetação da receita pública.
- 87** O orçamento-programa e o orçamento base zero possuem a mesma lógica operacional, pois ambos partem da despesa do exercício anterior para justificar e distribuir os recursos do exercício seguinte.

Julgue os itens que se seguem, referentes às classificações orçamentárias e à estrutura programática do orçamento público no Brasil.

- 88** A identificação de produtos e metas físicas na estrutura programática do orçamento visa à mensuração dos resultados da ação pública, sendo compatível com o modelo de orçamento-programa.
- 89** A estrutura programática do orçamento é composta por programas, ações, produtos e metas, sendo o programa a unidade básica de organização das políticas públicas.
- 90** A classificação funcional programática organiza o orçamento por áreas de atuação, permitindo a identificação das funções e subfunções governamentais.

Julgue os itens a seguir, com base nas disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

- 91** Considera-se operação de crédito toda obrigação assumida por ente público que envolva o recebimento antecipado de recursos com promessa de pagamento futuro, inclusive nos casos de assunção de dívida, reconhecimento de débitos e antecipação de valores decorrentes de vendas ou serviços, com ou sem transferência da titularidade.
- 92** A transparência na gestão fiscal está condicionada à publicação dos relatórios resumidos de execução orçamentária estritamente no encerramento do exercício financeiro.
- 93** O relatório de gestão fiscal deve conter comparativo entre os valores realizados e os limites de despesas com pessoal, dívida consolidada e operações de crédito.
- 94** Por ser órgão do Poder Judiciário e não exercer função orçamentária primária, o STM está dispensado da publicação do relatório de gestão fiscal.
- 95** A publicação do relatório de gestão fiscal, que integra os instrumentos de prestação de contas anual, deve ocorrer ao final de cada exercício financeiro.
- 96** A dívida mobiliária diz respeito exclusivamente às obrigações decorrentes de operações de crédito realizadas com instituições multilaterais de desenvolvimento.
- 97** O projeto de lei orçamentária anual deve ser acompanhado do demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Acerca de licitações conforme o disposto na Lei n.º 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

- 98** Segundo a jurisprudência do STF, é inconstitucional a vedação legalmente prevista da recontração de empresa contratada diretamente por dispensa de licitação nos casos de emergência ou calamidade pública.
- 99** No planejamento de compra de bens pela administração pública, se houver a possibilidade de locação dos bens, o estudo técnico preliminar deverá informar custos e benefícios de cada opção, sem, no entanto, apresentar juízo sobre opção mais vantajosa, uma vez que tal tarefa é adstrita ao momento de decisão do gestor público.
- 100** Na licitação relativa a serviços, é vedada a contratação de mais de uma empresa ou instituição para executar a mesma atividade.
- 101** Caso o STM pretenda contratar serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do tribunal, deverá ser observado o procedimento licitatório e, por se tratar de serviços comuns, deverá ser adotada a modalidade pregão.
- 102** Admite-se a contratação de serviço terceirizado no caso de atividades materiais acessórias à área de competência legal do órgão, sendo vedada ao gestor público, no âmbito dessa contratação, a indicação de pessoas expressamente nominadas para executar, direta ou indiretamente, o objeto contratado.
- 103** A alienação de bem imóvel da administração pública, via dação em pagamento, cuja aquisição não tenha derivado, na origem, desse mesmo tipo de negócio jurídico dispensa autorização legislativa e realização de licitação, exigindo-se apenas a demonstração de interesse público e a avaliação prévia.

Com base na Lei n.º 14.133/2021, julgue os itens subsequentes, relativos a contratos administrativos.

- 104** A sanção de advertência somente é cabível em situações que envolvam a inexecução parcial do contrato administrativo.
- 105** Na formalização dos contratos administrativos, deve-se observar, como regra geral, a edição de cláusula que declare competente o foro da sede da administração envolvida no contrato a ser celebrado, para dirimir qualquer questão contratual.
- 106** Admite-se, no âmbito de disputas relativas a contratos administrativos, a adoção de meios alternativos de solução de controvérsias, incluída a arbitragem, que somente poderá ser de direito, vedada a equidade.
- 107** A lei permite que a autoridade administrativa module os efeitos da declaração de nulidade do contrato administrativo para que ela só tenha eficácia em momento futuro.
- 108** A administração pública pode promover, unilateralmente, alterações quantitativas e qualitativas dos contratos administrativos.
- 109** Admite-se, como regra geral, que parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens sejam pagas antecipadamente à execução de obras ou à prestação de serviços.

A respeito da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir, considerando, no que couber, a jurisprudência dos tribunais superiores.

- 110** O polo passivo de ação de indenização em razão de dano causado a particular por magistrado no exercício de suas funções deve contemplar, conjuntamente, o Estado e o magistrado.
- 111** A ocorrência de fatos imprevisíveis como caso fortuito e força maior funciona como excludente da responsabilidade estatal quando dessas situações decorrem danos a particular, porquanto há rompimento do nexo causal entre a ação do Estado e o dano ocasionado.
- 112** Segundo a jurisprudência do STF, no caso de fraude em concurso público gerar dano material a candidato, o Estado responderá solidariamente com a organizadora do certame.
- 113** A teoria do risco administrativo somente se aplica aos casos de responsabilização civil do Estado por condutas comissivas.

À luz do disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e na Lei de Acesso à Informação, julgue os itens que se seguem.

- 114** A classificação da informação em determinado grau de sigilo deve pautar-se pelo interesse público da informação e pela utilização do critério mais restritivo possível, considerados aspectos como, por exemplo, a gravidade do risco à sociedade.
- 115** Não se aplicam as regras da LGPD ao tratamento de dados pessoais para fins exclusivamente jornalísticos, a exemplo de reportagem para a TV Justiça.
- 116** Dados referentes à saúde ou à vida sexual são considerados dados anonimizados.
- 117** Considerado o risco para a sociedade e para a segurança nacional, informações sobre violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas deverão, em regra, ser objeto de restrição de acesso.
- 118** A utilização de dados pessoais, pelo titular, para o exercício regular de um direito dele não pode ser feita em seu prejuízo.

A respeito do controle da administração pública, julgue os próximos itens.

- 119** O controle financeiro que o Poder Legislativo exerce contempla atos editados pelos Poderes Executivo e Judiciário no que se refere à receita, à despesa e à gestão dos recursos públicos.
- 120** O fato de o STM estar inserido no âmbito do Poder Judiciário não implica maior permissividade do controle e da revisão judiciais em relação aos critérios adotados pela banca examinadora em concurso para ingresso naquele tribunal.

**Espaço livre**